O Govêrno dos Estados Unidos do Brasil e o Govêrno da República do Paraguai,

Desejosos de incrementar o intercâmbio de turistas, entre os dois Países, como meio de estreitar, ainda mais, a amizade existente entre ambos os povos, e de promover o seu melhor conhecimento;

Considerando que a Estrada Coronel Oviedo-Pôrto Presidente Stroessner chegou a um avançado estágio de construção, conforme o previsto no Acôrdo, por troca de notas, de 20 de janeiro de 1956;

Considerando que a construção da Ponte Internacional sôbre o Rio Paraná, prevista no Acôrdo, por troca de notas, de 29 de maio de 1956, está se aproximando do fim;

Considerando que brevemente será também concluída a ligação rodoviária entre Concepción e Ponta-Porã, prevista no Acôrdo, por troca de notas, de 14 de fevereiro de 1957; e

Tendo em vista a necessidade urgente de regulamentar o trânsito de passageiros entre ambos os Países, que será certamente incrementado pela conclusão das mencionadas obras de aproximação entre o Brasil e o Paraguai,

Resolveram concluir um Convênio e, para êsse fim, nomearam seus Plenipotenciários, a saber:

O Excelentíssimo Senhor Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, Doutor Juscelino Kubitschek de Oliveira, Sua Excelência o Senhor Doutor Francisco Negrão de Lima, Ministro de Estado das Relações Exteriores dos Estados Unidos do Brasil; e

O Excelentíssimo Senhor Presidente da República do Paraguai, General de Exército Don Alfredo Stroessner, Sua Excelência o Senhor Doutor Don Raul Sapena Pastor, Ministro das Relações Exteriores da República do Paraguai,

os quais, após terem trocado seus Plenos Poderes, achados em boa e devida forma, convieram no seguinte:

ARTIGO I

Os nacionais brasileiros e paraguaios poderão entrar nos territórios do Paraguai e do Brasil por via aérea, fluvial, marítima e

terrestre, sempre que o façam pelos postos aduaneiros normais ou pelos postos habilitados de fronteira, mediante a apresentação de passaporte ou carteira de identidade, válidos.

Além do passaporte ou da carteira de identidade, acima mencionados, exigir-se-á, apenas, atestado de vacinação anti-variólica, expedido pelas autoridades sanitárias competentes de cada País.

ARTIGO II

As pessoas que viajarem de conformidade com êste Convênio não poderão permanecer mais de sessenta dias no território da outra Parte, nem desempenhar atividades remuneradas, ficando, ainda, sujeitas às leis e regulamentos de polícia vigentes, no que se refere à permanência de estrangeiros.

Parágrafo único:

Serão gratuitos os demais vistos temporários, para uma estada não superior a três meses.

ARTIGO III

As autoridades competentes brasileiras e paraguaias ficam habilitadas a impedir a entrada, em seu território, respectivamente dos paraguaios e brasileiros cujo ingresso julguem inconveniente, especialmente àqueles considerados perigosos para a segurança continental.

ARTIGO IV

Cada uma das Partes Contratantes poderá sustar, no território respectivo, os efeitos do presente Convênio, de forma total ou parcial, quando assim se fizer necessário por motivo de segurança interna, ou em caso de epidemia declarada, mas apenas enquanto subsistirem as causas que determinaram tal suspensão.

ARTIGO V

As Partes Contratantes se comprometem a providenciar a supressão de qualquer impôsto ou taxa que grave a saída ou entrada de turistas brasileiros e paraguaios em seus respectivos territórios.

ARTIGO VI

As Partes Contratantes reconhecem o direito de livre trânsito em seus respectivos territórios, dos veículos automotores de turismo

de ambos os Países, em conformidade com as convenções multilaterais ou acôrdo bilaterais, vigentes entre as Partes ou entre os seus respectivos Automóvel ou Touring Clubes, ou que com tal fim venham a ser concluídos.

ARTIGO VII

As fianças ou garantias correspondentes serão outorgadas pelos respectivos Automóvel ou Touring Clubes, segundo suas práticas internas.

ARTIGO VIII

Os veículos automotores de turismo que circulem pelo território de ambos os Países deverão estar protegidos por um seguro de risco, por danos causados a terceiros, e contra roubo.

ARTIGO IX

O presente Convênio será ratificado pelas Partes Contratantes na conformidade dos respectivos preceitos constitucionais e entrará em vigor na data da troca dos Instrumentos de Ratificação, a ser efetuada em Assunção, o mais breve possível.

Êste Convênio vigorará até três meses contados da data em que uma das Partes Contratantes houver notificado a outra da sua decisão de denunciá-lo.

ARTIGO X

O presente Convênio revoga, na data de sua entrada em vigor, o Acôrdo, firmado no Rio de Janeiro, a 10 de maio de 1943, entre o Govêrno dos Estados Unidos do Brasil e o Govêrno do Paraguai, para o fomento do turismo e concessão de facilidades para a entrada nos respectivos territórios.

Em fé do que, os Plenipotenciários acima mencionados firmaram o presente Convênio em dois exemplares, nas línguas portuguêsa e espanhola, sendo ambos os textos igualmente autênticos, e lhes apuseram os selos respectivos, na cidade do Rio de Janeiro, aos doze dias do mês de setembro do ano de mil novecentos e cinqüenta e oito.

a.) FRANCISCO NEGRÃO DE LIMA.

a.) RAUL SAPENA PASTOR.

Los Gobiernos de la República del Paraguay y de los Estados Unidos del Brasil,

Deseosos de incrementar el intercambio de turistas entre los dos países, como medio de estrechar, aún más, la amistad existente entre ambas naciones, y de promover su mejor conocimiento;

Considerando que la Carretera Coronel Oviedo-Puerto Presidente Stroessner ha llegado a una avanzada etapa de su construcción, conforme a lo previsto en el Acuerdo, por cambio de notas, del 20 de Enero de 1956;

Considerando que la construcción del Puente Internacional sobre el Río Paraná, prevista en el Acuerdo, por cambio de notas, del 29 de Mayo de 1956, está aproximándose a su fin;

Considerando que en breve será también concluída la unión por carretera de Concepción y Punta Porã, prevista en el Acuerdo, por cambio de notas, del 14 de Febrero de 1957; y

Teniendo en cuenta la necesidad urgente de reglamentar el tránsito de pasajeros entre los dos Países, el cual será ciertamente incrementado por la conclusión de las mencionadas obras de acercamiento entre el Paraguay y el Brasil,

Resolvieron concluir un Convenio y con ese objeto nombraron sus plenipotenciarios, a saber:

El Excelentísimo Señor Presidente de la República del Paraguay, General de Ejército Don Alfredo Stroessner, a Su Excelencia el Señor Doctor Don Raúl Sapena Pastor, Ministro de Relaciones Exteriores del Paraguay; y

El Excelentísimo Señor Presidente de la República de los Estados Unidos del Brasil, Doctor Don Juscelino Kubitschek de Oliveira, a Su Excelencia el Señor Doctor Don Francisco Negrão de Lima, Ministro de Relaciones Exteriores del Brasil;

Los cuales, después de haber canjeado sus Plenos Poderes, hallados en buena y debida forma, han convenido lo siguiente:

ARTICULO I

Los nacionales paraguayos y brasileros podrán entrar en los territorios del Brasil y del Paraguay por vía aérea, fluvial, marítima y terrestre, siempre que lo hicieran por los puestos aduaneros

regulares o por los puestos habilitados de frontera, con la presentación del carnet de identidad o pasaporte, válidos vigentes.

Además del pasaporte o carnet de identidad arriba mencionados, se exigirá el certificado de vacunación antivariólica expedido por las autoridades sanitarias competentes de cada País.

ARTICULO II

Las personas que viajen de conformidad con este Convenio no podrán permanecer más de sesenta días en el territorio de la otra Parte, ni desempeñar actividades remuneradas, quedando dichas personas sometidas a las leyes y prescripciones de policía vigentes, en lo que se refiere a la permanencia de extranjeros.

Párrafo único:

Serán gratuitos los demás vistos temporarios, para una estadía no mayor de tres meses.

ARTICULO III

Las autoridades competentes paraguayas y brasileras quedan habilitadas a impedir la entrada a su territorio, respectivamente, a los brasileros y paraguayos cuyo ingreso consideren inconveniente, especialmente a aquellos considerados peligrosos para la seguridad continental.

ARTICULO IV

Cada una de las Partes Contratantes podrá suspender, en su respectivo territorio, los efectos de este Convenio, total o parcialmente, cuando así se haga necesario por motivos de seguridad interna, o en caso de epidemia declarada, y sólo mientras subsisten las causas que motivan tal suspensión.

ARTICULO V

Las Partes Contratantes se comprometen a providenciar la supresión de cualquier impuesto o tasa que grave la salida o entrada de turistas paraguayos y brasileros en sus respectivos territorios.

ARTICULO VI

Las Partes Contratantes reconocen el derecho de libre tránsito en sus respectivos territorios, de los vehículos automotores de

turismo de ambos Países, de conformidad con las convenciones multilaterales o acuerdos bilaterales, vigentes entre las Partes o entre sus respectivos Automóvil o Touring Clubs, o con los que con tal fin fueran concluídos.

ARTICULO VII

Las fianzas o garantías correspondientes serán otorgadas por los respectivos Automóvil o Touring Clubs, según sus prácticas internas.

ARTICULO VIII

Los vehículos automotores que circulen por los territorios de ambos Países deberán estar protegidos por un seguro de riesgo, por daños causados a terceros, y contra robo.

ARTICULO IX

El presente Convenio será ratificado por las Partes Contratantes de conformidad a las respectivas prácticas constitucionales y entrará en vigor en la fecha del canje de los Instrumentos de Ratificación, a ser efectuado en Asunción, en el plazo más breve posible.

Este Convenio regirá hasta tres meses contados desde la fecha en que una de las Partes Contratantes hubiera notificado a la otra su decisión de denunciarlo.

ARTICULO X

El presente Convenio revoca, en la fecha de su entrada en vigor, el Acuerdo, firmado en Rio de Janeiro, el 10 de Mayo de 1943, entre el Gobierno de la República del Paraguay y el Gobierno de los Estados Unidos del Brasil, para el fomento del turismo y concesión de facilidades para la entrada a sus respectivos territorios.

En fé de lo cual, los Plenipotenciarios arriba mencionados firman y sellan el presente Convenio, en doble ejemplar de un mismo tenor, en idiomas español y portugués, en la ciudad de Río de Janeiro, a los doce días del mes de Septiembre del año mil novecientos cincuenta y ocho.

a.) RAUL SAPENA PASTOR,

a.) FRANCISCO NEGRÃO DE LIMA.